

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção de elevador, para realização de manutenção preventiva e corretiva no elevador (Plataforma de Acessibilidade Cabinada) da marca ELEVADORES JAC, n. de série CRAE 2, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. O objeto a ser ofertado pela licitante deverá observar as seguintes características e especificações:

Tipo	Item	Especificação	Código do Produto	Unidade de Medida	Quant.
Item	001	Serviço de manutenção preventiva/corretiva de elevadores	0026147	1 - Mês	12

1.2. O bem, objeto desta contratação, é caracterizado como comum, para os fins do disposto no inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n. 14.133/2021 e art. 2º, inciso II, do Decreto Estadual n. 15.775, de 2021.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.3.1. A prestação do serviço é enquadrada como continuada, tendo em vista se tratar de serviço voltado a acessibilidade, promovendo condições de igualdade as pessoas com deficiência, ainda, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, considerando a segurança e previsibilidade para a administração pública, permitindo um planejamento mais eficiente a longo prazo, além de evitar a realização de novas licitações para contratação do mesmo serviço, reduzindo os custos administrativos e o tempo gasto com a realização de processos licitatórios, atendendo, assim, o disposto no inciso I do artigo 106 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global¹.

1.5. O instrumento do contrato (<https://www.pge.ms.gov.br/minutas-padrao-lei-14-137/> - Minutas-padrão para a contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra: Minuta-padrão do Contrato) conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional,

¹ **Regime de execução:** Quando a Administração Pública demanda serviços, obras e fornecimento de bens, ela tem a possibilidade de execução direta, isto é, a própria Administração Pública presta o serviço, executa a obra e/ou produz o bem. De outro lado, a execução indireta consiste na contratação de terceiros, pela Administração, para que estes realizem os serviços, as obras e/ou forneçam os bens de que ela necessita.

Empreitada por preço global: Como regra, exige-se que as características qualitativas e quantitativas do objeto sejam previamente definidas no edital, permitindo-se aos licitantes a elaboração de proposta fundada em dados objetivos e seguros.

Na empreitada por preço global, cada parte assume, em tese, o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação.

Por isso, na empreitada por preço global, todos os serviços prestados pela contratada serão remunerados por um preço certo, fixo e total.

Observa-se que a conveniência de se adotar o regime de empreitada por preço global diminui à medida que se eleva o nível de incerteza sobre o objeto a ser contratado. Justamente por isso, a adoção de tal regime pressupõe um termo de referência bem elaborado, que estime com adequado nível de precisão as especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, da Lei n. 14.133, de 2021), para evitar distorções relevantes no decorrer da execução contratual.

previsto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

2.2. A licitação foi o meio encontrado pela Constituição Federal para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos, acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais e, ainda, procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

2.3. Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do art. 37 da CF/1988:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

2.4. A regulamentação do exercício dessa atividade está pormenorizada na Lei n. 14.133, de 2021, mais conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC). O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra.

2.5. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

2.6. A Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Tratam-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos art. 72 a 75 da Lei n. 14.133, de 2021.

2.7. No que tange a seleção do prestador de serviço, a contratação se dará por dispensa de licitação, a ser processada na sua forma eletrônica, tendo por critério de julgamento da proposta o menor preço, fundamentada no art. 75, inciso II da Lei Federal n. 14.133, de 2021, sendo observada ainda pelo Decreto n. 16.119, de 2023.

2.8. O presente processo visa à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevador. O objetivo é evitar a paralisação do equipamento e garantir o cumprimento da legislação pertinente à acessibilidade (Lei n. 7.853, de 1989).

2.9. É fundamental reconhecer que é dever do Poder Público e dos órgãos responsáveis assegurar o pleno exercício dos direitos básicos das pessoas com deficiência, com o objetivo de promover o bem-estar social. Além disso, nos edifícios públicos, a acessibilidade se torna imprescindível para garantir que todos os indivíduos sejam atendidos de forma adequada.

2.10. Isto posto, o Estatuto da pessoa com deficiência no art. 3º, inciso I da Lei n. 13.146, de 2015, assim estipula:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

2.11. No mais, o Estatuto prevê garantir condições de acesso e permanência, de forma a promover condições de igualdade e inclusão social a todas as pessoas.

2.12. É importante frisar que o CEPAER – Centro de Pesquisa e Capacitação da Agraer possui um elevador instalado. É indispensável a realização de manutenções e/ou reparos necessários para garantir a continuidade dos serviços e proporcionar acessibilidade às pessoas com deficiência.

2.12.1. No contexto da prestação de serviços, é considerado continuado quando sua natureza exige execução contínua sem interrupções. Isso geralmente se deve ao impacto que a interrupção do serviço poderia causar, como o descumprimento de normatizações ou a comprometida segurança e eficiência de operações.

2.12.2. A manutenção contínua é necessária para garantir a conformidade com as normas vigentes estabelecidas na Lei Complementar n. 104, de 2007. A interrupção dessa manutenção poderia resultar em descumprimento das regulamentações, o que poderia trazer consequências legais e de segurança.

2.13. Sendo assim, a contratação se faz necessária, com vistas a manter o equipamento, objeto da contratação, sempre em bom funcionamento, com o objetivo de proporcionar segurança a todos os usuários, posto que a ausência de manutenção pode causar a perda dos equipamentos e a produtividade destes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. DA EXIGÊNCIA DE PROVA DE CONCEITO/AMOSTRA

3.1.1. A amostra e a prova de conceito destinam-se a evidenciar materialmente o objeto ofertado, podendo ser exigidas durante o procedimento licitatório ou na execução contratual.

3.1.2. O art. 41 (Lei 14.133/21) versa a respeito de hipóteses nas quais a Administração poderá assumir determinados comportamentos administrativos, dentro dos processos licitatórios, de forma excepcional e justificada. Aborda-se, inicialmente, a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, conforme a seguinte redação:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;
- d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

3.1.3. Via de regra, o administrador deve elaborar os editais dos processos licitatórios evitando a indicação de marcas ou especificações de produtos exclusivos, a fim de não restringir indevidamente a competitividade. Entretanto, o legislador autorizou a indicação de marcas ou modelos pela Administração Pública em alguns casos específicos, desde que a justificativa seja formalizada dentro do processo administrativo e conste, expressamente, do edital de convocação.

3.1.4. Neste sentido, um dos fundamentos essenciais das contratações públicas é a vedação à preferência irracional e imotivada por determinadas marcas ou modelos, ou seja, aquelas fundadas em raciocínios arbitrários, gerando benefício a outrem. É proibido ao gestor público selecionar produtos por razões subjetivas, devendo fundamentar a escolha em atributos técnicos e econômicos.

3.1.5. Noutra esteira, cabe ainda destacar a observação do Doutrinador Marçal Justen Filho, a respeito da inevitável redução do conjunto total de interessados, quando da indicação de marcas ou modelos específicos:

“A imposição de restrições à competição pode produzir a redução do universo de licitantes, sem chegar ao ponto de inviabilizar a disputa.

Não há impedimento a que a adoção de exigências previstas no art. 41 resulte na inviabilidade de competição.”

3.1.6. Visto que o processo em tela caminha para uma contratação direta por dispensa de licitação (art. 75), essa alternativa não a torna antijurídica nem incompatível, mas deverá haver uma justificativa satisfatória para a restrição.

3.1.7. Por fim, não será exigido amostra ou prova de conceito.

3.2. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS

3.2.1. A presente contratação refere-se à prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no elevador (Plataforma de Acessibilidade Cabinada) da marca ELEVADORES JAC, n. de série CRAE 2, que está instalado no CEP Aer – Centro de Pesquisa e Capacitação da Agraer.

3.2.2. VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

3.2.2.1. A prestação de serviço é exclusiva para o equipamento mencionado no subitem 3.2.1.

3.2.3. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS COMO REFERÊNCIA DE QUALIDADE

3.2.3.1. Na manutenção preventiva e corretiva, todos os materiais utilizados na prestação do serviço deverão ser compatíveis com o equipamento, ou seja, recomendado pelo fabricante da marca.

3.3. DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE

3.3.1. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

3.3.1.1. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas, não sendo o caso em tela.

3.4. GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.4.1. Não será exigida a garantia da contratação.

3.5. SUSTENTABILIDADE

3.5.1. A Licitação destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preceitua o art. 5º da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

3.5.2. Em análise ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 6ª edição (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>), aprovado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade e pela Consultoria-Geral da União, o gestor público deve buscar o equilíbrio entre os três princípios norteadores da licitação pública: desenvolvimento nacional sustentável, economicidade e competitividade:

(...)

Faz-se necessário o equilíbrio, não podendo a Administração se descuidar da competitividade e economicidade, buscando, sempre que possível o equilíbrio destas com a redução de impacto ambiental e benefícios sociais desejados. A melhor proposta não é simplesmente a de menor preço, mas é aquela que melhor atende ao interesse público, considerando-se inclusive seus aspectos ambientais.

(Fonte: Manual Implementando Licitações Sustentáveis na Administração Pública Federal. PARTE II, Marcos Bliacheris. Cadernos da Consultoria-Geral da União)

3.5.3. É imprescindível que as empresas contribuam fazendo sua parte, colaborando com práticas sustentáveis mitigando impactos ambientais. Nesse sentido, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do contrato, orientando e capacitando seus funcionários para o correto desempenho das atividades das boas práticas de sustentabilidade ambiental, como exemplificado a seguir:

3.5.3.1. Otimização do consumo de materiais;

3.5.3.2. Promover a redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus funcionários nas atividades;

3.5.3.3. Fazer a destinação adequada dos resíduos gerados;

3.5.3.4. Instruir os funcionários quanto ao descarte correto de materiais ou elementos poluentes ou potencialmente poluidores;

3.5.3.5. Comprometer-se a não utilizar equipamentos, aparelhos ou ferramentas, potencialmente geradores de elementos poluentes; e

3.5.3.6. Adotar práticas de sustentabilidade ambiental como a recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização.

3.6. CONSÓRCIO

3.6.1. **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas seguintes razões:

3.6.1.1. A presente contratação é de bem comum (art. 6º, inciso XIII, da Lei n. 14.133/2021) e não se enquadra no conceito legal de contratação de grande vulto (art. 6º, inciso XXII, da Lei n. 14.133/2021).

3.6.1.2. A participação dos consórcios em licitações públicas sempre deve ser analisada, tomando-se como norte a competição. Recomenda-se tal permissão em caso de objeto complexo, vultoso, que exige alta capacidade técnica ou econômico-financeira.²

3.6.1.3. Ainda, como bem destacado no Parecer PGE/MS/CJUR-SEL n. 009/2023 (aprovado pela Decisão PGE/MS/GAB n. 101/2023), podem ser verificados efeitos negativos e positivos na utilização do consórcio, já que essa adoção pode propiciar dominação de mercado, em oportunidades nas quais empresas se aliam diminuir a competitividade do certame, dificultando ou, até mesmo, impedindo a participação de outras empresas; bem como pode ser instrumento necessário para permitir uma competição mais saudável, ao facultar a conjugação de esforços no caso de empresas que disponham de expertise em apenas um dos ramos necessários para execução do objeto.

3.6.2. Assim, a participação de consórcio não garante e/ou amplia a competitividade, ao contrário, pode até restringir a concorrência em razão (i) da inexistência de complexidade do objeto que se propõe a contratar (ou seja, cuida-se de bem comum), (ii) de não se estar diante de futura contratação enquadrada no conceito como “de grande vulto”, (iii) do fato de o objeto a ser contratado não envolver ramos de atividades diversos.

3.7. SUBCONTRATAÇÃO

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

² Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei 14.133/21 - Comentada por Advogados Públicos. Organizador Leandro Sarai. 2 ed. São Paulo: Ed. JusPODIVM, 2022, p. 305-306.

3.8. DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA – SDE

3.8.1. Regulamentada no Decreto Estadual n. 16.119, de 06 de março de 2023, estabelece normas procedimentais para contratação direta, nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, e dispõe sobre o Sistema de Dispensa Eletrônica.

3.8.2. O Sistema de Dispensa Eletrônica (SDE) adotando-se do procedimento da cotação eletrônica de preço, por meio do qual se apura o menor preço ou o maior desconto para contratação direta de obras, bens e serviços, mediante utilização do Sistema Gestor de Compras (SGC), para fins de assegurar a seleção da melhor proposta.

3.8.3. O processo dar-se-á por meio de contratação direta por dispensa de licitação nos termos do art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021 e alterações.

3.8.4. O processo licitatório adotará como critério de julgamento o menor preço, observadas as exigências contidas neste documento quanto às especificações do objeto.

3.8.5. Na instauração deste processo administrativo de compra através da contratação direta, fica dispensado a apresentação do Estudo Técnico Preliminar, fulcro art. 3º, inciso I do Decreto Estadual n. 16.119/2023 e alude ao art. 72, inciso I da Lei Federal n. 14.133/2021.

3.9. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.9.1. DO CREDENCIAMENTO NO CCF/MS

a) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação (login) e senha pessoal no Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul - CCF/MS conforme art. 9º do Decreto Estadual n. 16.119, de 2023. Maiores informações no link <https://www.compras.ms.gov.br/cadastro-de-fornecedores/>.

b) O credenciamento de que trata o subitem acima deverá ser realizado no Simulador E-Fornecedor no site www.compras.ms.gov.br, no ícone “Área do Licitante” e “cadastre-se aqui”.

c) A chave de identificação (login) e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico e compra direta, processado pela Secretaria-Executiva de Licitações/SAD/MS ou pelos órgãos, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado, do responsável legal da empresa ou por iniciativa do CCF/MS, devidamente justificada.

d) Cada empresa credenciada poderá participar por meio de um único representante legal, devidamente cadastrado junto ao CCF/MS.

e) Entende-se por representante legal da empresa credenciada aquele a quem o contrato social/estatuto confere os poderes para representar a sociedade, inclusive no que se refere à outorga de procurações.

f) É vedado a qualquer pessoa física ou jurídica se cadastrar, no mesmo certame, como representante legal de mais de uma empresa credenciada, salvo nos casos de lotes/itens distintos.

g) O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao certame.

h) É de responsabilidade do credenciado e de seu representante manter as informações fornecidas para os fins do disposto no subitem seguinte (DAS VEDAÇÕES) deste termo de referência sempre atualizadas, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

i) A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar a exclusão do licitante no momento da habilitação.

3.9.2. DAS VEDAÇÕES

3.9.2.1. Não poderá participar desta licitação:

- a)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- b)** Pessoa física ou jurídica que atue em substituição a outra, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que observado o procedimento previsto em regulamento próprio sobre sanções administrativas, a ser editado pelo Poder Executivo;
- c)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Termo de Referência, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f)** Diretamente ou indiretamente, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, bem como a empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, sendo que tal proibição também se aplica aos seus parentes em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, bem como àqueles que mantêm relacionamento afetivo público e notório com os servidores e dirigentes de todos os órgãos e entidades promotores, participantes da licitação, bem como contratantes;
- g)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h)** Pessoa física que tenha sido proibida de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 12 da Lei Federal n. 8.429, de 1992, ou pessoa jurídica que tenha como sócio majoritário aquele a quem foi dirigida mencionada penalidade, durante o prazo que apontar a decisão condenatória;
- i)** Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.9.3. DO ACESSO AO SISTEMA DE DISPENSA ELETRONICA (SDE) E DA INCLUSÃO DA PROPOSTA

3.9.3.1. O acesso ao SISTEMA DE DISPENSA ELETRONICA (SDE), a inclusão de propostas e documentos, lances e demais procedimentos são disciplinados pelo Decreto Estadual n. 16.119, de 2023.

3.9.3.2. A dispensa eletrônica será operada no Portal de Compras www.compras.ms.gov.br, no link Compra Direta.

3.9.4. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E PROPOSTA

3.9.4.1. Conforme art. 13 do Decreto Estadual n. 16.119, de 2023, o licitante/fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do SDE, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, salientando que a inserção da proposta e dos documentos é condição *sine qua non* para fase de lances:

- I.** a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço;
- II.** a declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou para contratar com a Administração Pública;

- III. a declaração de enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar Federal n. 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso;
- IV. a declaração de pleno conhecimento e de aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
- V. a declaração de responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no SDE, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- VI. a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- VII. os documentos de habilitação exigidos neste TR e em anexo;
- VIII. catálogos, encartes, folhetos técnicos ou “folders” dos materiais ofertados.
- IX. Cópia documentos pessoais de quem vai assinar o contrato, inclusive procuração, se for o caso;
- X. Comprovante bancário da empresa contratada para efetuar o pagamento.

3.9.5. DA NEGOCIAÇÃO

3.9.5.1. Conforme o Decreto Estadual n. 16.119, de 2023 a negociação será realizada por meio do SDE.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. CONDIÇÃO DE EXECUÇÃO

4.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.1.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.1.2.1. Início da execução do objeto dar-se-á em até 7 (sete) dias úteis contados do recebimento da nota de empenho, assinatura do contrato ou instrumento equivalente, de forma programada, devendo ser realizada bimestralmente.

4.1.2.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

a) Manutenção preventiva:

a.1) Não é permitido quaisquer modificações ou adaptações no quadro de comando existente, devendo ser utilizadas as conexões existentes.

a.2) De conformidade com a natureza do aparelho vistoriado, a contratada deverá executar:

a.2.1) Testar barra de proteção eletrônica (barreira);

a.2.2) Inspeccionar nivelamento, aceleração, retardo, polia e coxins, vibração, ruídos e folgas;

a.2.3) Limpeza geral, cabina, casa maquina, sob cabina, guias, portas e soleiras;

a.2.4) Conferir o ajuste dos cabos de tração;

a.2.5) Lubrificar guias da cabina e das guias do contrapeso e polia;

a.2.6) Inspeccionar a sinalização, indicadores de posição e setas;

a.2.7) Inspeccionar contadora, contatos, fixação do bloco auxiliar;

a.2.8) Inspeccionar ponte de contato e o contato;

a.2.9) Testar fechador e ditador em todos os andares;

a.2.10) Testar portas de pavimento em todos os andares;

a.2.11) Destruar trinco e fecho em todos os andares;

- a.2.12)** Testar botoeiras de chamada, portas de pavimento, trincos, fechos;
- a.2.13)** Medir a tensão, a corrente elétrica e a temperatura no quadro;
- a.2.14)** Conferir funcionamento do sistema de exaustão;
- a.2.15)** Inspeccionar relés de segurança;
- a.2.16)** Conferir a fixação das placas eletrônicas e dos conectores;
- a.2.17)** Conferir movimentação, recolhimento, rampa, rampa retrátil, arraste;
- a.2.18)** Verificação do nível do óleo, vazamentos, coletor, vibrações e ruídos;
- a.2.19)** Inspeccionar sistema de frenagem quanto a ruídos;
- a.2.20)** Inspeção e teste do freio das máquinas de tração com engrenagem;
- a.2.21)** Verificar o funcionamento das chaves geral, da iluminação e ventilação;
- a.2.22)** Testar botoeiras de manobra, acesso e viagem no topo da cabina;
- a.2.23)** Testar ventilador, iluminação, alarme e botões;
- a.2.24)** Inspeccionar correia, corrente, cabinho de aço, roldanas, corredeira;
- a.2.25)** Inspeccionar indicador de posição (se houver);
- a.2.26)** Inspeccionar indicador de setas, tampão e ilhós (se houver);
- a.2.27)** Lubrificar, contatos, ponte de contato;
- a.2.28)** Inspeccionar roldanas, roletes, alavancas (abertura simultânea);
- a.2.29)** Conferir desgaste, estiramento, corredeira, cabos, cordão nylon;
- a.2.30)** Lubrificar com óleo as roldanas, articulações das portas;
- a.2.31)** Inspeccionar acoplamento, contato de porta da cabina;
- a.2.32)** Conferir o nível do óleo, vazamento no para-choque;
- a.2.33)** Testar chave de proteção de acesso ao poço;
- a.2.34)** Conferir deslizamento de contra peso e distância do para-choque;
- a.2.35)** Conferir deslizamento da polia esticadora e do cabo do limitador;
- a.2.36)** Inspeccionar desgaste dos limites e lubrificar com graxa as polias;
- a.2.37)** Distância da corrente e cabo de compensação em relação ao piso;
- a.2.38)** Inspeccionar encoder, chave magnética;
- a.2.39)** Conferir desgaste dos coxins, corredeira da cabina e do contrapeso;
- a.2.40)** Lubrificar com graxa as polias da cabina e contrapeso;
- a.2.41)** Conferir fixação, reaperto e potência dos componentes eletroeletrônicos;
- a.2.42)** Lubrificar com óleo ou graxa as articulações e mancal;
- a.2.43)** Regulagem das molas, do percurso do núcleo e o nivelamento na parada;
- a.2.44)** Verificar desgaste das sapatas, lonas;
- a.2.45)** Verificar desgastes dos terminais de ligação e abertura do freio;
- a.2.46)** Para tal finalidade a empresa contratada deverá empregar mão de obra experiente, qualificada e treinada.
- a.3)** Nos casos em que na manutenção preventiva, comprovadamente, aja necessidade de troca ou substituição de peças, a empresa contratada deverá apresentar a relação das mesmas com características

técnicas e mecânicas das peças originais (resistência a esforços, formato, dimensões, qualidade e acabamento) e quando solicitado pela fiscalização da contratante, deverá ser apresentada a comprovação dessas características, por intermédio do catálogo técnico das respectivas peças e em casos específicos por certificados de qualidade emitidos por órgãos de reconhecida competência (Exemplo: INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial).

- a.4)** Todas as peças e/ou componentes substituídas deverão ser colocadas à disposição da contratante.
- a.5)** Serão considerados como incluídos no valor mensal todas as ferramentas, acessórios e consumíveis necessários.
- a.6)** Quaisquer danos causados às instalações, aos funcionários e visitantes da contratante pelos empregados da empresa contratada ou seus prepostos serão apurados pela fiscalização e avaliados, sendo a empresa contratada obrigada a efetuar a devida indenização pelos prejuízos, que vier a dar causa.
- a.7)** Após a execução dos serviços, será elaborada um BOLETIM ANALÍTICO no qual estejam listadas todas as atividades básicas efetuadas. Tais boletins deverão ser encaminhados a contratante, para análise e aprovação.
- a.8)** Se durante a execução dos serviços, for notado no elevador algum defeito que prejudique o seu funcionamento ou afete a sua segurança, a empresa contratada fica obrigada a tirar de serviço o equipamento avariado, colocar no andar térreo placa indicando "ELEVADOR PARADO POR DEFEITO" e comunicar o ocorrido imediatamente a contratante.
- a.9)** Os funcionários da empresa contratada deverão sempre se apresentar devidamente uniformizados, para que possam ser facilmente identificados pelo pessoal da contratante.
- a.10)** A empresa contratada fica obrigada a efetuar os testes de segurança para avaliar o desempenho do elevador com a periodicidade e os requisitos exigidos pela legislação em vigor.
- a.11)** Todos os serviços que fugirem à especialidade da empresa contratada, e que a mesma julgue necessários à segurança e ao bom funcionamento do elevador serão executados pela contratada, ou por qualquer empresa julgada habilitada por esta Administração.
- a.12)** A garantia dos serviços executados pela empresa contratada será no mínimo de 90 (noventa) dias contados a partir do término da realização dos mesmos, conforme disposto na Lei Federal n. 8.078/90, art. 26, inciso II.
- a.13)** A empresa contratada fica obrigada a fornecer gratuitamente a contratante todos os laudos de regularidade de funcionamento do elevador para fins municipais, sempre que solicitados.
- a.14)** A empresa contratada deverá ser registrada no CREA MS - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, com habilitação para execução de serviços no ramo de Engenharia Mecânica, consignada em Certidão ou outro documento que a substitua ou complemente, dentro da validade, emitida pelo referido Conselho, onde constem nome(s) e especialidade(s) do(s) responsável(eis) técnico(s).
- a.14.1)** Conforme Item 6.3.1. da Norma Técnica n. 01/2020 (NT 01) - Procedimentos Administrativos do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL - CBMMS (<https://sistemas.bombeiros.ms.gov.br/arquivos/dat/normas-tecnicas.xhtml>), é necessária apresentação de Anotação, Registro ou Termo de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT) por profissional legalmente habilitado aos procedimentos de manutenção.
- a.15)** A empresa contratada deverá apresentar documentação que comprove estar o seu (Engenheiro) Responsável Técnico devidamente credenciado no CREA MS, e comprovação de que a mesma pertença ao seu quadro permanente, mediante registro em carteira profissional, contrato social da empresa, contrato particular de trabalho, ou outro documento equivalente.
- a.15.1)** Para essa comprovação, será necessária a apresentação do original, ou cópia da Certidão de Capacitação Profissional, ou da Carteira Profissional, do Engenheiro Responsável no ato da assinatura do contrato.
- b)** Manutenção corretiva:

b.1) A contratada procederá aos consertos e substituições de peças e/ou componentes, quando necessário, originadas pelo uso do equipamento, sempre com peças novas.

b.1.1) Nos casos que haja necessidade de troca de peças e/ou substituição de componentes que não contemplam a manutenção preventiva, a contratada deverá elaborar orçamento com as peças e/ou componentes necessárias e, após a aquisição das peças pelo contratante, será agendada novo atendimento para troca dos itens defeituosos.

c) Serviço de atendimento:

c.1) A empresa contratada deverá manter um serviço de atendimento diário das 08h00min às 18h00min em expediente comercial (segunda a sexta-feira):

c.1.1) Atender chamado da contratante no prazo máximo de 4 (quatro) horas, para regularizar anormalidades de funcionamento, procedendo à manutenção corretiva, substituindo e ou reparando, segundo critérios técnicos, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais.

c.1.2) Nos casos em que na manutenção corretiva, comprovadamente, haja necessidade de troca ou substituição de peças, a empresa contratada deverá apresentar a relação das mesmas, devendo a empresa contratada, por ocasião dos serviços, apresentar à fiscalização da contratante em todas as notas fiscais, referentes às peças a serem utilizadas, para que sejam perfeitamente identificadas as procedências das mesmas.

c.1.3) Em casos envolvendo pessoas presas na cabine, o prazo máximo de atendimento reduz-se a 2 (duas) horas.

c.2) Nos atendimentos fora do expediente comercial:

c.2.1) A contratada deverá disponibilizar canais (e-mail, chat, contato telefônico) para atendimentos emergências, quando passageiro(s) retido(s) no interior da cabine, disponível das 18h01min às 07h59min de segunda a sexta-feira e 24h em dias de sábado, domingo e feriados.

c.2.2) Os atendimentos para serviços emergências serão destinados, exclusivamente, a chamados para normalização inadiável do funcionamento do elevador, podendo, na ocasião, aplicar materiais de pequeno porte.

c.2.3) Na hipótese de que a normalização requeira dispêndio de mão de obra em maior quantidade, ou materiais não disponíveis e que necessitem de abertura de processo de aquisição, a regularização será postergada para o dia útil imediato, durante o horário normal de trabalho da contratada.

c.2.4) Em qualquer hipótese, os serviços somente poderão ser realizados após autorização por escrito da contratante.

c.3) A contratada responsável pela manutenção deve manter um registro de todos os atendimentos realizados, incluindo os preventivos e os corretivos. Esse registro deve estar disponível para consulta da contratante e do CBMMS.

4.1.2.3. Local e horário da prestação de serviço:

a) O objeto, fruto deste processo, está alocado no prédio do CEPAER – Centro de Pesquisa e Capacitação da Agraer, localizado na Rodovia MS-80, KM 10 (saída para Rochedo), na cidade de Campo Grande/MS, CEP 79114-901.

b) A prestação do serviço deve ocorrer entre os horários de 08h00min às 18h00min (horário de Mato Grosso do Sul), sendo recebido por servidor Integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadoria, conforme PORTARIA "P" AGRAER N. 12, DE 7 DE JANEIRO DE 2022, publicado no DOE n. 10.727, de 11 de janeiro de 2022.

4.1.2.4. Cronograma de realização dos serviços (ABNT NBR 16.083:2012):

Período de Manutenção											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
x			x			x			x		

- 4.1.2.4.1.** As manutenções preventivas deverão ser realizadas a cada 3 (três) meses.
- 4.1.2.4.2.** As manutenções corretivas deverão ser realizadas sempre quando necessário.

4.2. DO PREENCHIMENTO DA NOTA FISCAL

4.2.1. Para o(s) objeto(s) contemplado(s) no certame, na nota fiscal deve constar as seguintes informações:

4.2.1.1. Razão Social da Contratante: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Agraer.

4.2.1.2. Endereço: Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, Bloco 12, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS.

4.2.1.3. CNPJ: 03.981.081/0001-46.

4.2.1.4. Inscrição Estadual: 28.540.373-7

4.2.2. Em atendimento ao Decreto Estadual n. 16.258, de 2023, que orienta a observância as disposições para retenção de Importo de Renda, conforme Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, onde consta:

4.2.2.1. Art. 2º §6º - A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço deverá informar no documento fiscal o valor do IR e das contribuições a serem retidas na operação.

4.2.2.2. Art.2º-A, §3º - A pessoa jurídica fornecedora do bem ou prestadora do serviço amparado pela isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar o enquadramento legal do benefício no respectivo documento fiscal, sob pena de a retenção do imposto sobre a renda ser efetuada sobre o valor do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

4.2.3. Além das informações necessárias para preenchimento da nota fiscal, a Contratada deverá especificar o número do Processo Administrativo, o número do Pregão, número da Nota de Empenho, bem como a especificação do objeto, quantidade, valores, tributos e dados bancário.

4.3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO PRODUTO

4.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma detalhada, no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3.1.1. Para os fins do disposto no subitem anterior, o termo detalhado corresponde a documento minucioso, que descreve total e detalhadamente o objeto recebido, devendo ser acompanhado do atesto no verso do documento fiscal ou equivalente, conforme art. 19 do Decreto n. 15.938, de 26 de maio de 2022.

4.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

4.3.2.1. Na hipótese de irregularidade não sanada pelo contratado, incluindo o caso de serviço não prestado, o fiscal do contrato reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao(s) gestor(es) do contrato para procedimentos inerentes à apuração dos fatos e à aplicação das penalidades cabíveis, sendo o valor respectivo descontado da importância mensal devida à contratada.

4.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, mediante preenchimento de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.3.3.1. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.3.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

4.3.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não exclui a responsabilidade pela garantia do(s) serviço(s) executado(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

4.4. GARANTIA DO SERVIÇO

4.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

4.5. DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.5.1. A licitante a ser contratada deverá realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no local indicado na alínea “a” do subitem 4.1.2.3.

4.5.2. O técnico deverá se deslocar ao local onde o objeto encontra-se alocado. Todas as despesas com transporte e deslocamento é de responsabilidade da contratada.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

5.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos.

5.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que não deve ser interrompida, ressalvados os casos de força maior justificados e aceitos pelo Contratante.

5.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório.

5.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

5.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

5.1.9.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 5.1.9 deste Termo de Referência, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as

solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei Federal n. 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

5.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

5.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se houverem, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, fulcro §4º, art. 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

5.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n. 8.078, de 1990).

5.2.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.2.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II da Lei Federal n. 14.133/2021 e Decreto Estadual n. 15.938/2022) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

5.2.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

5.2.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

5.2.8. Deverá observar as Leis e Normas estabelecidas pelo CREA/CONFEA.

5.2.9. Comprovar que os seus responsáveis técnicos tenham experiência em atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência.

5.2.10. Obter junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do contrato a ser assinado, apresentando o documento ao executor do contrato.

5.2.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

5.2.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

5.2.12.1. Com relação à obrigação delineada no subitem 5.2.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021).

5.2.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2.14. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das exigências deste Termo de Referência, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

5.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

5.2.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.2.17. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n. 14.133, de 2021.

5.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

5.2.21. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133, de 2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observado o disposto no art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021 e o respectivo regulamento do Decreto Estadual n. 15.938/2022.

6.2. Compete ao gestor do contrato o exercício das atribuições descritas no art. 15 do Decreto Estadual n. 15.938/2022.

6.3. Compete ao fiscal do contrato o exercício das atribuições descritas no art. 16 do Decreto Estadual n. 15.938/2022.

6.4. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados nos termos do art. 6º, 7º e 8º, todos do Decreto Estadual n. 15.938/2022.

6.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

I. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

II. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

III. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

IV. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

V. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

7.1. PAGAMENTO

7.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá a prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME n. 77/2022.

7.1.2. O prazo de que trata o subitem 7.1.1. será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.1.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos Instrução Normativa SEGES/ME n. 77, de 2022.

7.1.4. O documento de cobrança da Contratada será mediante nota fiscal/fatura, cujo crédito será realizado na conta corrente indicada pela Contratada.

7.1.4.1. A licitante vencedora deverá após recebimento da nota de empenho, encaminhar a nota fiscal, preenchida conforme delineado no subitem 4.2.

7.1.5. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, a seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.1.5.1. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.1.6. A Contratante não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal, qualquer compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.1.7. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.1.8. A Contratante efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à Contratada, na forma da legislação aplicável.

7.1.9. A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.1.9.1. Constatada a situação de irregularidade em quaisquer das certidões, a Contratada será notificada, por escrito, sem prejuízo do pagamento pelo objeto já executado, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, em processo administrativo instaurado para esse fim específico.

7.1.9.2. O prazo para regularização ou encaminhamento de defesa de que trata o subitem 7.1.9.1 poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante.

7.1.9.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal e trabalhista quanto à inadimplência do prestador, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.9.4. Persistindo a irregularidade, a contratante, em decisão fundamentada, deverá aplicar a penalidade cabível nos autos do processo administrativo correspondente.

7.1.10. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Quantidade de paradas de funcionamento do equipamento por problemas técnicos;
- b) Execução da manutenção preventiva no prazo previsto no instrumento contratual;
- c) Prazo para atendimento da solicitação de manutenção corretiva;
- d) Prazo para fornecer e substituir as peças danificadas ou de reposição.

7.1.10.1. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas “INDICADORES”.

7.1.10.2. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

7.1.10.3. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

7.1.10.4. Para ajuste de pagamento não será necessário a abertura de processo administrativo. Para aplicação das multas será garantida a ampla defesa e o contraditório.

7.1.10.5. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade:

INDICADORES	
INDICADOR 1 – Quantidade de falhas (“parada”) no funcionamento do equipamento no mês por problemas técnicos	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Manter os equipamentos em contínuo funcionamento (sem paradas), por meio de manutenção preventiva adequada.
Meta a cumprir	Não haver parada por problema técnico no mês (exclui ocorrência de parada por problema no fornecimento de energia elétrica).
Instrumento de medição	Constatação formal do fiscal técnico.
Forma de Acompanhamento	Pessoal. Pela equipe de fiscalização do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Até uma falha (parada) de funcionamento do mesmo equipamento no mês - 25 pontos.
	De duas a quatro falhas (paradas) de funcionamento do mesmo equipamento no mês - 15 pontos.
	Acima de quatro falhas (paradas) de funcionamento do mesmo equipamento no mês - 0 pontos.
Sanções	
Observações	
INDICADOR 2 – Execução da manutenção preventiva no prazo previsto no instrumento contratual	
Finalidade	Garantir a manutenção preventiva dos equipamentos até o 10º dia útil do mês.
Meta a cumprir	100% dos equipamentos.
Instrumento de medição	Constatação formal do fiscal técnico
Forma de Acompanhamento	Pessoal. Pela equipe de fiscalização do contrato.
Periodicidade	Trimestral.
Mecanismo de	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.

Cálculo	
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Executar a manutenção preventiva dos equipamentos até o 10º dia útil do mês - 25 pontos. Executar a manutenção preventiva dos equipamentos após o 10º dia útil do mês (salvo manifestação em contrário do Contratante) - 15 pontos.
Sanções	
Observações	A empresa deverá sempre fazer contato com a equipe de fiscalização para agendar a manutenção e caso não consiga comparecer na data prevista, justificar por e-mail com antecedência mínima de 24 horas.
INDICADOR 3 – Prazo para atendimento da solicitação de manutenção corretiva	
Finalidade	Atender a demanda de manutenção corretiva (quando for o caso) no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do chamado.
Meta a cumprir	Até 48 horas após autorização da Administração para realização do procedimento corretivo.
Instrumento de medição	Constatação formal do fiscal técnico.
Forma de Acompanhamento	Pessoal. Pela equipe de fiscalização do contrato.
Periodicidade	Conforme demanda.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Atender todas as demandas de manutenção corretiva solicitadas dentro do prazo estabelecido - 25 pontos. Não atender uma demanda de manutenção corretiva solicitadas dentro do prazo estabelecido - 15 pontos. Não atender duas ou mais demandas de manutenção corretiva solicitadas dentro do prazo estabelecido - 0 pontos.
Sanções	
Observações	
INDICADOR 4 – Prazo para fornecer e substituir as peças danificadas ou de reposição	
Finalidade	Fornecer e/ou substituir as peças danificadas ou de reposição no prazo máximo de até cinco dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao dia da formalização da autorização da Administração.
Meta a cumprir	Até o 5º dia útil contado a partir do dia útil seguinte ao dia da formalização da autorização da Administração.
Instrumento de medição	Constatação formal do fiscal técnico.
Forma de Acompanhamento	Pessoal. Pela equipe de fiscalização do contrato.
Periodicidade	Conforme demanda.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da fiscalização e/ou gestão do contrato.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Atender todas as demandas de troca de peças dentro do prazo estabelecido - 25 pontos. Não atender uma demanda de troca de peças solicitada dentro do prazo estabelecido - 15 pontos. Não atender duas ou mais demandas de troca de peças solicitadas dentro do

	prazo estabelecido - 0 pontos.
Sanções	
Observações	Se a empresa encontrar dificuldade na comprar das peças de reposição, deverá informar imediatamente a equipe de fiscalização com relatório informando a dificuldade ou problemas encontrados para atender o serviço.

7.1.10.6. Faixas de ajuste de pagamento:

a) As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

b) A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço =	Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3" + Pontos "Indicador 4" + Pontos "Indicador 5"
------------------------------	---

c) Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de ajuste de nível de serviço
De 90 a 100 pontos	100% do valor previsto	1,00
De 80 a 89 pontos	97% do valor previsto	0,97
De 70 a 79 pontos	95% do valor previsto	0,95
De 60 a 69 pontos	93% do valor previsto	0,93
De 50 a 59 pontos	90% do valor previsto	0,90
Abaixo de 50 pontos	90% do valor previsto + multa	0,90 + avaliar necessidade de aplicação de multa contratual
Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

d) A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes poderá ensejar a rescisão do contrato.

e) *Checklist* para a avaliação de nível de serviços:

Indicador	Critério (Faixas de Pontuação)	Pontos	Avaliação
1. Quantidade de paradas do equipamento por problemas técnicos.	Até uma parada de funcionamento do mesmo equipamento no mês.	25	25
	De duas a quatro paradas de funcionamento do mesmo equipamento no mês.	15	
	Acima de quatro paradas de funcionamento do mesmo equipamento no mês - 0 pontos.	0	
2. Execução da manutenção preventiva no prazo previsto no instrumento contratual.	Executar a manutenção preventiva dos equipamentos até o 10º dia útil do mês	25	25
	Executar a manutenção preventiva dos equipamentos após o 10º dia útil do mês (salvo manifestação em contrário do Contratante).	15	
3. Prazo para atendimento da solicitação de manutenção corretiva.	Atender todas as demandas de manutenção corretiva solicitadas no mês dentro do prazo estabelecido.	25	25
	Não atender uma demanda de	15	

	manutenção corretiva solicitadas no mês dentro do prazo estabelecido.		
	Não atender duas ou mais demandas de manutenção corretiva solicitadas no mês dentro do prazo estabelecido.	0	
4. Prazo para fornecer e substituir as peças danificadas ou de reposição.	Atender todas as demandas de troca de peças no mês dentro do prazo estabelecido.	25	25
	Não atender uma demanda de troca de peças solicitada no mês dentro do prazo estabelecido.	15	
	Não atender duas ou mais demandas de troca de peças solicitadas no mês dentro do prazo estabelecido.	0	
Pontuação Total do Serviço			100

7.1.11. Será efetuada a glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.11.1. Não produziu os resultados acordados neste Termo de Referência;

7.1.11.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida neste Termo de Referência;

7.1.11.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. REAJUSTE

7.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

7.2.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1.1. A licitação será realizada em itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

8.1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** do item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência quanto às especificações do objeto.

8.2. HABILITAÇÃO

8.2.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

8.2.2. Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

V. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VII. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

IX. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (artigos 17 a 19 e 165).

8.2.2.1. No caso de ME e EPP que queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n. 123/2006 e da Lei Complementar Estadual n. 303/2022: certidão simplificada original da Junta Comercial da sede da licitante ou documento equivalente, além de declaração escrita, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte estando apta a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar n. 123/2006;

8.2.2.2.1. Havendo dúvidas sobre o enquadramento de licitante na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, considerando os parâmetros estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, o pregoeiro poderá solicitar da licitante a apresentação dos documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e a veracidade de declaração de seu enquadramento.

8.2.3. Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III. Prova de regularidade fiscal, nos seguintes termos:

a) certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que comprove a regularidade fiscal do licitante referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

b) independentemente da sede ou domicílio do licitante, certidão emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso do Sul (SEFAZ) ou pela Procuradoria-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul

(PGE) que comprove a regularidade do licitante referente a todos os créditos tributários estaduais e à Dívida Ativa do Estado por elas administrados;

c) certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IV. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.2.3.1. As microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) ou equiparadas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.3.1.1. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a ME/EPP/Equiparada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.2.3.1.2. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem 8.2.3.1.1 implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

8.2.3.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.2.4. O fornecedor deverá encaminhar, para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, os seguintes documentos:

8.2.4.1. Por se tratar de licitação através de contratação direta, fica dispensada a apresentação de documentos econômico-financeiro, fulcro art. 63, inciso I, da Lei Federal n. 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do §3º, art. 7º do Decreto Estadual n. 15.940, de 2022, balizando-se de pesquisa de preços para a formatação dos preços referenciais, definiu-se, previamente, o custo estimado da contratação, sendo o valor médio de R\$ 3.218,12 (três mil e duzentos e dezoito reais e doze centavos).

10. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.1. A Lei Complementar Estadual n. 303, de 2022 vem dar tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME/EPP e devem ser obrigatoriamente aplicadas nas contratações da Administração Pública.

10.2. Após a realização de pesquisa de preços, providenciada pela unidade competente, é conhecida a média de preços do(s) objeto(s) pleiteado(s). Assim, caso o valor médio seja de até R\$ 80.000,00 será aplicada a exclusividade na participação de ME/EPP, conforme art. 15, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 303, de 2022.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos conforme a seguir:

Funcional Programática	Natureza de despesa	Fonte de Recurso	Exercício
------------------------	---------------------	------------------	-----------

10.83903.20.608.2231.6095.0001	33903917	0175980991	2024
--------------------------------	----------	------------	------

11.2. A Contratante reserva-se no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária.

11.3. As despesas efetuadas no próximo exercício correrão à conta do respectivo orçamento, dentro da mesma programação financeira.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Depois de celebrado o contrato, a Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 2021, o Contratado que:

12.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.2.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

12.3. Com fulcro na Lei Federal n. 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156.

12.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de Multa

12.4. Será aplicada MULTA MORATÓRIA nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

12.4.1. de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

12.4.2. de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.4.2.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

12.5. A MULTA COMPENSATÓRIA será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais

perdas nas quais a Administração tenha incorrido, nos percentuais estabelecidos no Decreto Estadual n. 16.189, de 17 de maio de 2023:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
12.2.1.	20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada
12.2.2. 12.2.3. 12.2.4. 12.2.5. 12.2.6. 12.2.7. 12.2.8. 12.2.9.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado

12.5.1. Na hipótese do subitem 12.2.1, a sanção de multa compensatória poderá atingir o percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, nas hipóteses de que trata o §1º do art. 35 do Decreto Estadual n. 16.189, de 2023.

12.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

12.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

12.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação, definida no Decreto Estadual n. 16.189, de 2023:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.2.	impedimento pelo período de até dois anos
12.2.3.	impedimento pelo período de até três anos
12.2.4.	impedimento pelo período de até um ano

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação, definida no Decreto Estadual n. 16.189, de 2023:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.5.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.6. 12.2.7. 12.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

12.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.11 deste Termo de Referência nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Da Aplicação e do Cômputo da Sanção

12.13. Os aspectos relacionados à aplicação da sanção, tais como a dosimetria, a cumulação, o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual e a soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de licitações e contratos distintos, deverão observar o disposto artigos 34 a 38 do Decreto Estadual n. 16.189, de 2023.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Processo Administrativo Sancionador

12.15. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto Estadual n. 16.189, de 2023.

Campo Grande/MS, 22 de agosto de 2024.

Edemar Julio Wendt
Elaborador

Luciene Acosta Pino
Chefe do Setor de Compras

Ana Cristina Araújo Ajalla Volpe
Gerente de Pesquisa da AGRAER

Washington Willeman de Souza
Diretor-Presidente da AGRAER